

20 06 10

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUE
ROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS
DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E
ALIMENTOS S.A.

entre

EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A.,
como Emissora,

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente

emissão

e, como intervenientes anuentes

ROMILDO TAVARES DE MELO

TEREZINHA TAVARES DA COSTA CARVALHO

VIRGILIO TAVARES DE MELO

e sua cônjuge **LUCIA MOREIRA TAVARES DE MELO**

Datada de

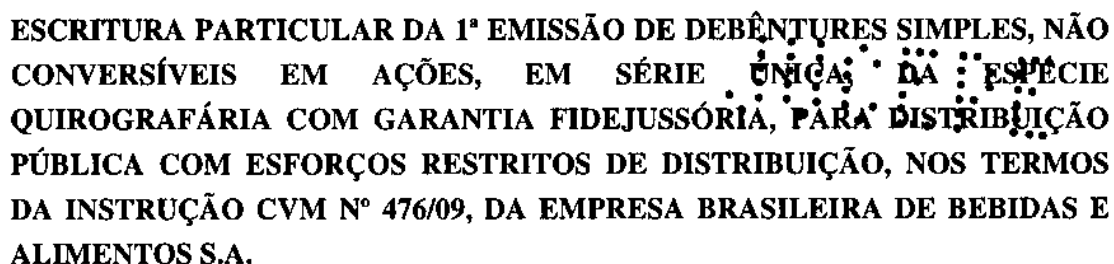
18 de junho de 2010

Terezinha

[Signature]

[Signature]

[Signature]



EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A., companhia fechada com sede na Av. República Árabe Unida, nº 40, Pina, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 07.604.556/0001-36 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (“JUCEPE”) sob o NIRE nº 26300009994, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”; e

com a interveniência e anuência de

Gerardine *Lucien* ² *Witt* *Lucien* *h c*

200610

TAVARES DE MELO, brasileiro, casado sob o regime da comunhão total de bens, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na Avenida Boa Viagem, 3.232, apto 804, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, portador da cédula de identidade RG nº 72.290 – SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.763.544-68; e sua cônjuge, Sra. **LUCIA MOREIRA TAVARES DE MELO**, brasileira, casada sob o regime da comunhão total de bens, empresária, residente e domiciliada na Avenida Boa Viagem, 3.232, apto 804, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, portadora da cédula de identidade RG nº 410.374 – SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 022.208.104-02, doravante denominados simplesmente “Fiadores”;

celebram a presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de junho de 2010 (“AGE”).

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCEPE e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3., alínea (v), desta Escritura de Emissão, vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEPE deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data de assinatura.

Gerência

3

Susana

G

20.08.10

2.1.2 Inscrição da Escritura

JUCEPE

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEPE, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

2.1.3 Registro na CVM

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Registro na ANBIMA

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código Anbid de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

2.1.5 Registro em Cartório de Títulos e Documentos

2.1.5.1 A presente Escritura em função da garantia fidejussória prestada, será registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos das Cidades de Recife, Estado de Pernambuco, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura desta Escritura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

Gerência

4

Assessor

20.08.10

3.1.1 A Emissora tem por objeto a industrialização e comercialização de sucos e demais produtos de frutas, a industrialização e a comercialização de bebidas, repositores hidroeletrólitos (isotônicos), chás, bebidas alimentícias, bebidas à base de soja, bebidas vitaminadas, inclusive dietéticas, produtos alimentícios em geral e a importação e exportação de insumos e produtos inerentes a sua atividade social, a prestação de serviços de industrialização e/ou envasamento de produtos anteriormente citados para terceiros, bem como o armazenamento de produtos para si e para terceiros dos produtos anteriormente citados, inclusive câmaras frigoríficas, podendo participar de outras sociedades, congêneres ou não.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos ("Emissão").

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas até 60 (sessenta) debêntures ("Debêntures").

3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1 O banco mandatário e a instituição depositária serão, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo,

Genesio

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

20.06.10
10:00

Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para alongar o passivo de curto prazo e financiar investimentos da Emissora.

3.8 Limite da Emissão

3.8.1 A Emissão atende ao limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei nº 6.404/76, uma vez que seu capital social, na Data de Emissão, é de R\$ 75.866.811,25 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e onze reais e vinte e cinco centavos) e o valor total da Emissão é de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

3.9 Registro na CETIP

3.9.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

3.9.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definido abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.3 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409/04"), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento

Gerenciar
- (100) 6
SMTM
G

20.010

sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (iii) as ~~as pessoas naturais e jurídicas~~ mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, ~~deverão subscrever~~, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400. 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"), e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do "Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária e com Garantia Fidejussória, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão Pública da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A., celebrado entre Banco Itaú BBA S.A. e a Emissora ("Contrato de Colocação").

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 23 de junho de 2010 ("Data de Emissão").

Severina

Super

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

23 06 10

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

JUN 23 2015

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de junho de 2015, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

Seresuiche

Seresuiche

(Seresuiche)

(Seresuiche)

hg

20.06.10

4.2 Subscrição

JULIPE

4.2.1 Prazo de Subscrição

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação.

4.2.2 Preço de Subscrição

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.3 Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4 Direito de Preferência

4.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.5 Atualização do Valor Nominal Unitário

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.6 Remuneração

4.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos,

Ferreira

Julipe

9

hC

2010

incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou das datas de pagamento previstas no item 4.6.2 abaixo imediatamente anteriores, a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo ("Remuneração").

4.6.1.1 Define-se como "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.2 A Remuneração será paga anualmente, no dia 23 do mês de junho de cada ano ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 23 de junho de 2011 e o último pagamento da Remuneração será devido em 23 de junho de 2015, data de vencimento da emissão.

4.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros", Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

Gerenciador
Luis

10

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” é igual a 2,6500

Gerencia-
Financeira

11



"DP" é o número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 4.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima ou à data de extinção, Assembleia

Gerência

[Assinatura]

12

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

20 40 10

Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 4.6.3 acima e na apuração de TDIk será utilizada a última Taxa DIk divulgada oficialmente.

4.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia realizada conforme o item 4.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e conseqüente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas serão utilizadas as fórmulas do item 4.6.3 acima e na apuração de TDIk será utilizada a última Taxa DIk divulgada oficialmente; ou
- ii) definição de cronograma e valores de amortização das Debêntures em circulação a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento, findo o qual a totalidade das Debêntures em circulação serão resgatadas. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas.

Sereninha

13

28 46 10

4.7 Repactuação

4.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

JUCEPE

4.8 Amortização Programada

4.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, a partir da Data de Emissão, da seguinte forma:

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Pagamento
20,0000% (vinte por cento)	23 de junho de 2011
20,0000% (vinte por cento)	23 de junho de 2012
20,0000% (vinte por cento)	23 de junho de 2013
20,0000% (vinte por cento)	23 de junho de 2014
20,0000% (vinte por cento)	23 de junho de 2015

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação

Gestor

Sustent

14
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

20.05.10

tributária em vigor. Será de responsabilidade da Instituição Depositária a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.9.2 Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.9.3 Encargos Moratórios

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Gerência

Juscel

15

20 48 10

4.10 Publicidade

JUL 20 10

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "Valor Econômico", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.11 Garantia Fidejussória

4.11.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Fiadores prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais responsáveis pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados.

4.11.2 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, de forma solidária, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.11.3 O valor da fiança ora prestada pelos Fiadores é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidas pelos Fiadores, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido").

4.11.4 O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir o Valor Garantido de cada um ou de todos os Fiadores, resguardado o direito de regresso entre os Fiadores, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, exceto na

Gerência

Luiz

16

(Assinatura)

(Assinatura)

(Assinatura)

20.08.10

hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.11.5 Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.11.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.7 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada.

4.11.8 A presente fiança entra em vigor da Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data os Fiadores estarão desobrigados de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

4.11.9 Os Fiadores, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.11.10 O Agente Fiduciário não pôde verificar a suficiência da garantia fidejussória prevista neste item 4.11., na Data da Emissão, uma vez que não teve acesso aos documentos comprobatórios do patrimônio dos Fiadores.

Gerencia

Lucy

17

28 48 10

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

28 48 10

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, conforme definido abaixo, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.10 acima desta Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se o resgate abrangerá a

Gerencia

Assinatura

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

20 06 10

totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso deverá estar descrito no aviso aos Debenturistas a ser publicado divulgando a Oferta de Resgate Antecipado e seus termos, o procedimento para resgate parcial; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (d) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

- ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, ao final do qual a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate, total ou parcial, serão liquidadas em uma única data;
- iii) a Emissora, poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado, calculada nos termos da cláusula 4.6. desta Escritura de Emissão; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora;
- v) as Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora;
- vi) a Emissora deverá emitir carta, em papel timbrado, para comunicação à CETIP da Oferta de Resgate Antecipado, a qual deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário, com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, para ciência e envio à CETIP; e

Ferreira
Santos

19

28.01.10

- vii) a Emissora deverá criar o evento no sistema da CETIP com 1 (um) dia útil de antecedência da data estipulada para a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado.

28.01.10

5.2.2 O resgate parcial citado no item 5.2.1 acima deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que independente do resgate ser total ou parcial todas as etapas do processo de validação, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 5.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, nos termos da cláusula 4.6. desta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou Fiadores no âmbito da Emissão;
- ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas na respectiva data de vencimento;

Serenich
Luisel

hau

he

20.01.10

- iii) descumprimento, pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanadas no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação, por escrito, do referido descumprimento;
- iv) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, incluindo os Fiadores, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelo atual acionista controlador, do poder de controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou quando não observado o disposto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável;
- vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou os Fiadores, ainda que na condição de garantidores, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou Fiadores, (b) for cancelado ou tenha seus efeitos sustados por decisão judicial, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora ou pelos Fiadores e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- vii) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora ou dos Fiadores que, em conjunto ou isoladamente resulte em obrigação de pagamento para a Emissora ou para os Fiadores, de valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais não tenha oferecido bens em garantia ou feito provisão para pagamento;

Gerência
Assessoria

21

hG



- viii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de ~~autofalência ou decretação~~ de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo ~~que venha a ser criado por lei~~, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- ix) propositura de execução judicial pelos órgãos governamentais, de multas ou exigências de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, para os quais não tenha impetrado recurso de forma tempestiva e/ou haja provisão e/ou oferecimento de bens em garantia, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ressalvados os processos que já estejam em andamento na Data de Emissão;
- x) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pelos Fiadores das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão;
- xiv) não observância dos índices definidos calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura ("Índices Financeiros");
- xv) caso a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures venham a infringir quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou implique em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo

Gerência
Assessoria

20.06.10

ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e

10.05.10

- xvi) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- xvii) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 Lei das Sociedades por Ações; e
- xviii) demais hipóteses previstas em lei.

5.3.2 Para os fins de que trata esta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (ii), (iv), (vii), (viii), (xi), (xiii), (xv), (xvi), (xvii) e (xviii) do item 5.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 5.3.6. abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i), (iii), (v), (vi), (ix), (x), (xii) ou (xiv) do item 5.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.3.3. abaixo, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou, no caso previsto no item 5.3.4. abaixo, será a data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação na qual o quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

5.3.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data

23

Geraci *August* *[Signature]* *[Signature]* *hG*

em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.4 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3.3. acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.5 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.3.3. anterior, será necessário o quorum especial de titulares que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos da Cláusula 11.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o vencimento antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

5.3.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada nos itens 5.3.2 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

5.3.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

Gerente

[Assinatura]

[Assinatura]
24

[Assinatura]

[Assinatura]

2010

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

ANEXO

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração do Diretor Presidente de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (3) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo exercício, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora;
 - b) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da Assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora ;
 - d) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;

Gerente
[assinatura]

25
[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

20 46 10

- e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");
 - f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência;
 - g) uma via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEPE em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
 - h) sem prejuízo do disposto no item 7.3., alínea (v), desta Escritura de Emissão, uma via original desta Escritura de Emissão, devidamente arquivada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Recife, Estado de Pernambuco, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) dias úteis após tal registro; e
 - i) cópia da AGE, devidamente arquivada na JUCEPE, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do seu arquivamento.
- ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v), desta Escritura de Emissão, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos na JUCEPE, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
 - iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;

Gerenciar

Super

26
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

20.05.10

- iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- v) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

Gerência
- Assessor

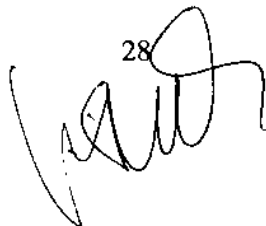
20 05 10

- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e da Instituição Depositária;
- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - d) manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- xvi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;

Gerência

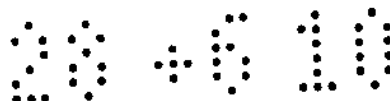
Assinatura

28









- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- xviii) rigoroso cumprimento pela Emissora ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- xix) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- xx) manter os Índices Financeiros de acordo com o Anexo I desta Escritura; e
- xxi) comunicar imediatamente os Coordenadores qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures.

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xvii) do item 6.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

Gerência

20 46 10

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem antecipadamente aprovadas pela Emissora, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 O Agente Fiduciário é nomeado como agente fiduciário desta Emissão e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

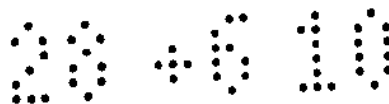
7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

Terminada

30
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes, a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores ("Instrução CVM nº 28/83").

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPE, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

Gerencia

[Handwritten signatures]

20.06.10

- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, sendo certo que na Data de Emissão, o Agente Fiduciário não havia recebido comprovação da suficiência da garantia;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- x) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- xi) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado

Gerência

32

Susana

20.06.10

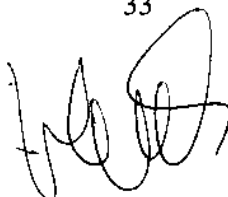
que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

20.06.10

- xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima.;
- xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida Assembleia;
- xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

Gerência

33



20.06.10

JUCEPE

- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - i) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade da garantia fidejussória das Debêntures;
- xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP
 - d) na CVM; e
 - e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xvi) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente ou amortizadas antecipadamente, se for o caso;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

Serenista

34

Serenista

20.06.10

- xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP; e
- xxi) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

Gerenciar

35

Assinatura

Assinatura

20.06.10

- i) parcelas semestrais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) devida a primeira 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais, nas mesmas datas dos semestres subsequentes;
- ii) serão devidas parcelas semestrais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. Em tais hipóteses, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus;
- iii) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;
- iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).
- v) as parcelas serão acrescidas de (a) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (b) Programa de Integração Social (PIS); (c) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (d) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- vi) no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão, serão devidas a Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) execução das garantias, (b) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (c) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (a) das garantias, (b) prazos de pagamento e (c) condições relacionadas ao

Gerenciado

36

28.06.10

vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures;

30.06.10

- vii) no caso de celebração de aditamentos a escritura de emissão e aos contratos de garantia da emissão, serão devidas a Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- viii) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.6.1 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios, incluindo:

- i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e

Serena

37
[Signature]

[Signature]

[Signature]

20.05.10

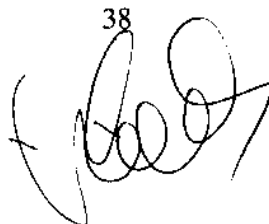
- iii) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

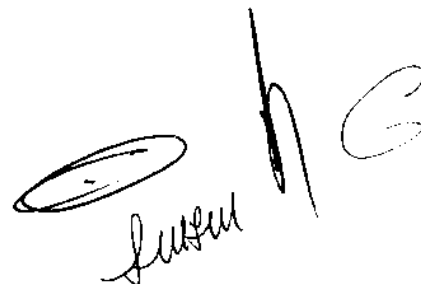
7.6.2 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

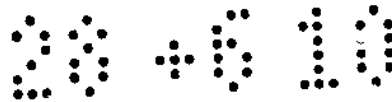
7.6.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no item 7.6.2 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

7.6.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

Gerência

38






7.6.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, à data do pagamento.

7.6.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembléia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

Gerência
Assessoria

39

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

8.9 As Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora não votam em Assembleia Geral de Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

Gerência

Assinatura

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

20 48 10

- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo certo que o Agente Fiduciário não havia recebido, na Data de Emissão, comprovação da suficiência da garantia fidejussória e que a Escritura será levada a registro perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme cláusula 2.1.5.1 desta Escritura;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

Ferreira

Assinatura

41

20.08.10

- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEPE, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;

Gerência

Assin

20 48 10

- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados; e
- xi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

10.2 Os Fiadores declaram e garantem ao Agente Fiduciário que:

- i) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Fiadores;
- ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais os Fiadores sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- iii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura; e
- iv) as obrigações assumidas na Fiança constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

10.3 A Emissora e os Fiadores, conforme o caso, se comprometem a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

Foro de São Paulo

Assinatura

43

Assinatura

Assinatura

Assinatura

20 46 10

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

EBBA - Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A.

Av. República Árabe Unida, nº 40, Pina

51110-150 - Recife - PE

At.: Vitor Picini

Telefone: (81) 2121-2945

Fax: (81) 2121-2925

Correio eletrônico: vitor.picini@ebba.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, 500, bloco 13, sala 205 22640-100 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Gustavo Dezouart Teixeira Pinto

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

e-mail: agente@oliveiratrust.com.br e gustavo@oliveiratrust.com.br

iii) Para os Fiadores:

Sr. Romildo Tavares de Melo

Avenida Boa Viagem, 2.820, apto 301, Bairro Boa Viagem – Recife - PE

Telefone: (81) 2121-2959

Fax: (81) 2121-2925

Correio eletrônico: romildo.tavares@ebba.com.br

Sra. Terezinha Tavares da Costa Carvalho

Avenida Boa Viagem, 3.232, apto 1.002, Bloco A – Recife - PE

Telefone: (81) 3463-2650

Terezinha
Sousa

44

Handwritten signature and stamp.

20 46 10

Fax: (81) 3463-2666

Correio eletrônico: marcos.tavares@tavaresdemelo.com.br

1000PE

Sr. Virgilio Tavares de Melo e Sra. Lucia Moreira Tavares de Melo

Avenida Boa Viagem, 3.232, apto 804 - Recife - PE

Telefone: (81) 3463-2650 Fax: (81) 3463-2666

Correio eletrônico: eduardo.tavares@tavaresdemelo.com.br

iv) Para o Banco Mandatário e

Banco Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal

04344-902 - São Paulo - SP

At.: José Nilson

Telefone: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1394

Correio eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br

v) Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

04344-902 - São Paulo - SP

At.: José Nilson

Telefone: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1394

Correio eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br

vi) Para a CETIP:

CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Gerenciar

Senhor

20 46 10

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

JUCEPE

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

01009-000 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nas Cidades de São Paulo e Recife, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Gerência

Assessor

20 46 10

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

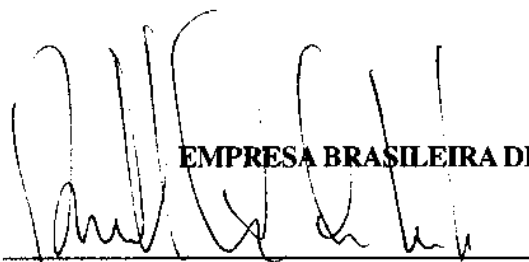
Recife, 18 de junho de 2010.

(assinaturas nas páginas seguintes)

Gerência *Leite* *47* *h* *G*

20.06.10

(página de assinatura 1/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Terezinha Tavares da Costa Carvalho, Virgílio Tavares de Melo, e sua cônjuge Lucia Moreira Tavares de Melo em 18 de junho de 2010)



EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A.

Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:



Vitor Picini
Diretor Adm Financeiro
CPF 024.627.588-01

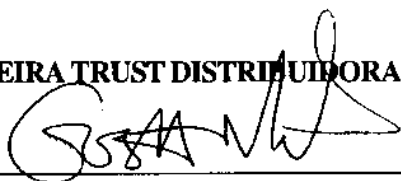
Terezinha

 48 

20.06.10

(página de assinatura 2/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Terezinha Tavares da Costa Carvalho, Virgílio Tavares de Melo, e sua cônjuge Lucia Moreira Tavares de Melo em 18 de junho de 2010)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome:

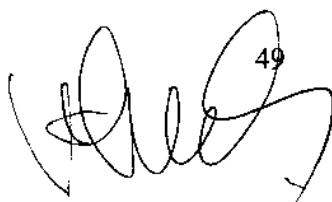
Cargo:

Gustavo Dezouart T. Pinto
Procurador

Nome:

Cargo:

Genérico



49

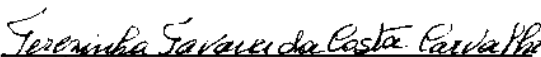


20.06.10

(página de assinatura 3/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/00, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Terezinha Tavares da Costa Carvalho, Virgílio Tavares de Melo, e sua cônjuge Lucia Moreira Tavares de Melo em 18 de junho de 2010)

FIADORES


ROMILDO TAVARES DE MELO


TEREZINHA TAVARES DA COSTA
CARVALHO


VIRGÍLIO TAVARES DE MELO


LUCIA MOREIRA TAVARES DE MELO



20 45 10

(página de assinatura 4/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/00, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Terezinha Tavares da Costa Carvalho, Virgílio Tavares de Melo, e sua cônjuge Lucia Moreira Tavares de Melo em 18 de junho de 2010)

Testemunha 1.

Nome: Romildo Angelim de Brito
RG.: 23.080.750-1 SSP. SP.

2.

Nome: João Del Fonso Gamborre
RG: 2143640-SSPPE.

Gerente

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

20 06 10
ANEXO I

ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento das informações exigidas no item 6.1 (i) (a) da Escritura, até a Data de Vencimento:

	Exercício Social			
	2010	2011	2012	2013 em diante
Dívida Líquida / EBITDA ≤	3,75	3,50	3,00	2,00

2. Define-se:

Dívida Líquida	É o somatório das dívidas onerosas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissões de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, menos disponibilidades.
EBITDA	Calculado observando as disposições do Ofício Circular CVM n.º 01/2006, consistindo, referente aos doze últimos meses findo no período de referência, no lucro operacional da Emissora acrescido de Imposto de Renda e Contribuição Social, receitas e despesas financeiras, receitas e despesas não operacionais, depreciação, amortização e leasing, despesa de atualização de dívidas tributárias e resultado de equivalência patrimonial.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, a Emissora e os Debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.

Gerente
52
[Assinaturas]